

TERMOS DE USO

PLATAFORMA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS

A Plataforma Territórios Sustentáveis (“Plataforma TS”) pertence à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado do Pará (“SEMAS-PA”) e é operada pelo Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (“TNC Brasil”), doravante designados, em conjunto, “nós”. O presente documento estabelece os termos e condições sob os quais os usuários estão sujeitos ao utilizar a Plataforma TS.

1. Aceitação dos Termos de Uso e Políticas

Ao utilizar a Plataforma TS, o usuário confirma que leu e compreendeu os Termos de Uso e a Política de Privacidade, e concorda em estar a eles vinculado.

Em caso de discordância de qualquer cláusula ou condição dos presentes Termos de Uso, solicitamos que o usuário não utilize os serviços oferecidos. A utilização dos serviços, total ou parcialmente, implica imediata aceitação destes Termos de Uso e ciência da Política de Privacidade.

Ressaltamos que estes Termos de Uso poderão ser alterados ao longo do tempo e que tais alterações entrarão em vigor imediatamente após a sua publicação. Por esse motivo, recomendamos que o usuário acesse regularmente o presente documento para se informar sobre eventuais alterações.

2. Declaração de maioridade

Para utilizar a Plataforma TS, o usuário deve ser maior de 18 (dezoito) anos. A Plataforma TS não é direcionada e não deve ser utilizada por menores de idade. Não nos responsabilizamos pelo acesso indevido à Plataforma TS decorrente de informações inverídicas fornecidas pelos usuários ou pelo desrespeito à classificação etária indicada nestes Termos de Uso. Caso seja identificado dados de crianças e/ou adolescentes em nossa base de dados, os eliminaremos imediatamente.

3. Definições

Para os fins dos presentes Termos de Uso e da Política de Privacidade, consideram-se:

Anonimização	Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados.
Banco de dados	Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.
Controlador	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
Co-Controlador	A ocorrência de mais de um controlador possuindo poder de decisão sobre o tratamento dos dados pessoais; o interesse mútuo de dois ou mais controladores, com base em finalidades próprias, sobre um mesmo tratamento; e a tomada de decisões, comuns ou convergentes, por dois ou mais controladores, sobre as finalidades e elementos essenciais do tratamento.
Dado anonimizado	Dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
Dado pessoal	Informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.
Dado pessoal sensível	Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso,

	filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
Encarregado	Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).
Lei Geral de Proteção de Dados	Lei Federal nº 13.709/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
Operador	Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
Órgão de pesquisa	Órgãos ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.
Titular	Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
Tratamento	Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, eliminação, avaliação ou controle da informação,

	modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
Uso compartilhado de dados	Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de banco de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.
Usuário(s)	Todas as pessoas naturais que utilizam os serviços oferecidos através da Plataforma TS.
Violação de dados pessoais	Violação de segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, perda, alteração, divulgação ou o acesso não autorizado a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

4. Arcabouço legal

O arcabouço legal aplicável à Plataforma TS compreende:

Lei nº 12.965/2014	Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil.
Decreto nº 8.771/2016	Regulamenta o Marco Civil da Internet.
Lei nº 12.527/2011	Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.
Decreto nº 7.724/2012	Regulamenta a Lei de Acesso à Informação.
Lei nº 13.460/2017	Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
Lei nº 13.709/2018	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Dispõe sobre a proteção de dados pessoais.

Decreto nº 2.744/2022	Dispõe sobre o Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis.
Lei nº 9.048/2020	Institui a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas do Pará.
Decreto nº 941/2020	Institui o Plano Estadual Amazônia Agora.
Lei nº 9.610/1998	Consolida a legislação sobre direitos autorais.

5. Descrição dos serviços

5.1. O que é a Plataforma TS e qual a sua finalidade?

A Plataforma TS é um espaço de governança público-privada que permite conectar e integrar as ações dos setores público, privado e terceiro setor para dar escala e efetividade às iniciativas de desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono no Estado do Pará.

Instituída como um dos mecanismos de monitoramento e implementação do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis, a Plataforma TS visa oferecer alternativas para a transição econômica das áreas pressionadas pelo desmatamento, ofertando contrapartidas que possibilitem destravar gargalos desde a regularização ambiental e fundiária, ao fomento de mercado às cadeias sustentáveis, por meio de (i) prioridade nos processos de regularização fundiária, hídrica, ambiental e zoofitossanitária; (ii) assistência técnica e capacitação para gestão de imóveis; (iii) projetos de recomposição florestal produtiva por sistemas agroflorestais; (iv) programas de transferência tecnológica; (v) rastreabilidade e certificação para acesso a mercados; (vi) facilitação de crédito rural e outros incentivos financeiros, como pagamento por serviços ambientais; e (vii) desenvolvimento social inclusivo através de apoio ao empreendedorismo para mulheres e jovens.

No âmbito da Plataforma TS, referidas contrapartidas são chamadas de aceleradores, que têm por objetivo contribuir para o atingimento das metas de desenvolvimento territorial no estado do Pará, além de priorizar, catalisar e escalar a execução das Iniciativas Privadas de Interesse Público, que se caracterizam por serem projetos alinhados com os objetivos e as diretrizes do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis.

As organizações ou empresas que venham a oferecer aceleradores entrarão para a categoria de provedores da Plataforma TS (“Provedores”), contribuindo para o fortalecimento das Iniciativas Privadas de Interesse Público dentro dos Territórios de Implementação definidos pelo Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis.

As Iniciativas Privadas de Interesse Público serão apresentadas por entidades privadas ou do terceiro setor, as quais entrarão para a categoria de parceiros da Plataforma TS (“Parceiros”).

Além da oferta de aceleradores, a Plataforma TS oferece uma estrutura de indicadores que (i) padroniza o monitoramento dos resultados das Iniciativas Privadas de Interesse Público; (ii) permite mensurar os impactos de cada projeto; e (iii) identifica demandas por ações estratégicas de interesse coletivo.

Por fim, a Plataforma TS conta, também, com um Observatório dos Territórios Sustentáveis, que reúne e cruza dados secundários como desmatamento, reflorestamento, emissões de carbono e valor bruto da produção para subsidiar a elaboração de diagnósticos, a formulação de políticas públicas e o desenvolvimento de novas Iniciativas Privadas de Interesse Público.

5.2. Quem são os responsáveis por viabilizar os serviços oferecidos através da Plataforma TS?

As organizações públicas, privadas e/ou do terceiro setor (Provedores) que assinarem o Termo de Adesão à Plataforma TS, assumindo o compromisso de colaborar com a execução da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (Lei Estadual nº 9.048 de 29/04/2020), com o Plano Estadual Amazônia Agora (Decreto Estadual nº 941 de 03/08/2020) e com o Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis (Decreto Estadual nº 2.744 de 09/11/2022), tendo como objetivo: (i) impulsionar o ordenamento ambiental e fundiário; (ii) fortalecer as cadeias produtivas e o acesso a mercados; e (iii) ampliar o desenvolvimento social e inclusivo.

5.3. Quem poderá se beneficiar da Plataforma TS?

Serão beneficiários dos serviços oferecidos através da Plataforma TS os produtores/proprietários rurais vinculados a uma Iniciativa Privada de Interesse Público, bem como aqueles que aderirem ao Edital de Adesão ao Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis.

6. Inscrição

A utilização da Plataforma TS implica, obrigatoriamente, na necessidade do fornecimento de dados de caráter pessoal, os quais são imprescindíveis para que os produtores/proprietários rurais possam ser priorizados na oferta dos aceleradores oferecidos através da Plataforma TS.

Há duas formas de entrada do produtor/proprietário rural na Plataforma TS:

6.1. Edital de Adesão ao Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis. O Governo do Estado do Pará poderá publicar editais, de acordo com o Plano de Intensificação da Presença do Estado, para que os produtores/proprietários rurais interessados possam se candidatar para serem priorizados na oferta de benefícios.

6.2. Adesão do Parceiro à Plataforma TS. Quando uma entidade privada ou do terceiro setor se tornar um Parceiro da Plataforma TS, através da assinatura de um termo de adesão próprio, serão coletados os números de recibo do CAR dos produtores/proprietários rurais vinculados à Iniciativa Privada de Interesse Público. Destaca-se que o número do recibo do CAR do produtor/proprietário rural já é de conhecimento da SEMAS, uma vez que é ela a responsável por validar e emitir o CAR. Os Parceiros fornecerão o CAR dos seus produtores com a exclusiva finalidade de que tais produtores sejam priorizados na oferta de aceleradores através da Plataforma TS, de modo a cooperar com os objetivos e diretrizes previstos na Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, no Plano Estadual Amazônia Agora e no Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis.

7. Integração com outros serviços

A Plataforma TS estará integrada com o Sistema Integrado AgroTag e com o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do estado do Pará ("SICAR/PA").

O AgroTag se caracteriza por ser um sistema multi-institucional de monitoramento de imóveis rurais, a partir da sistematização de dados de campo de uso e cobertura das terras e dos sistemas produtivos agropecuários e florestais, que permite estruturar uma rede de monitoramento das reduções de emissões de gases de efeito estufa na agropecuária do estado do Pará.

Já o SICAR traz informações relacionadas ao CAR e se caracteriza por ser um registro público eletrônico nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo bases de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

8. Direitos dos beneficiários e usuários da Plataforma TS

Os beneficiários da Plataforma TS têm o direito à adequada prestação dos serviços oferecidos, os quais serão ofertados de acordo com diretrizes como (i) respeito; (ii) igualdade no tratamento dos beneficiários, sem qualquer tipo de discriminação; (iii) acessibilidade; (iv) cumprimento de prazos e normas; e (v) adequação entre os meios e fins, sem a imposição de exigências, obrigações, restrições e/ou sanções não previstas na legislação.

Além disso, os beneficiários da Plataforma TS, na qualidade de titular dos dados objeto de tratamento, têm o direito de solicitar à SEMAS, controladora dos dados, a qualquer momento e mediante requisição:

8.1. Confirmação da existência de tratamento dos dados pessoais e acesso a eles em formato simples: caso o beneficiário queira ter a certeza se, no âmbito da Plataforma TS, há o tratamento de seus dados pessoais, ele tem o direito de questionar e pedir, por exemplo, acesso à lista dos dados pessoais que estão armazenados na base de dados da Plataforma TS.

8.2. Declaração clara e completa, indicando a origem dos dados, os critérios utilizados e as finalidades do tratamento: caso as informações fornecidas ao

exercer o direito acima não sejam suficientes, o beneficiário poderá pedir maiores informações sobre o tratamento de seus dados pessoais.

8.3. Correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados: caso o beneficiário identifique que os dados pessoais armazenados na Plataforma TS estão incompletos, inexatos ou desatualizados, ele poderá solicitar a sua correção. Isso é importante para que os dados pessoais sejam processados da maneira correta para atingir as diversas finalidades do Programa de Atuação Integrada para Territórios Sustentáveis.

8.4. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD: caso o beneficiário entenda que há o tratamento de dados pessoais desnecessários, excessivos ou em desconformidade com a legislação, ele poderá solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação dos seus dados pessoais, ocasião em que será avaliada a justificativa do seu pedido e a possibilidade técnica de atendê-lo, resguardado o interesse público sobre o processamento dos referidos dados.

8.5. Portabilidade dos dados pessoais a outro fornecedor de serviço ou produto: mediante requisição expressa, e de acordo com a regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o beneficiário poderá solicitar a transferência dos seus dados pessoais para que outra entidade possa tratá-los. Note que isso não significa, necessariamente, que os dados serão excluídos da base de dados da Plataforma TS.

8.6. Eliminação dos dados pessoais tratados com base no consentimento: na eventualidade de algum dado pessoal, no âmbito da Plataforma TS, ser tratado com base no consentimento, o beneficiário poderá solicitar a eliminação dos referidos dados da base de dados da Plataforma TS. No entanto, destaca-se que a SEMAS poderá se recusar a cumprir a solicitação do beneficiário caso haja outra base legal que legitime o tratamento de seus dados pessoais.

8.7. Revogação do consentimento: na eventualidade de algum dado pessoal, no âmbito da Plataforma TS, ser tratado com base no consentimento, o beneficiário poderá revogar o seu consentimento a qualquer momento. Observe,

no entanto, que isso não afetará a legalidade das atividades de tratamento realizadas antes da revogação.

8.8. Exclusão dos dados pessoais: o beneficiário poderá solicitar a exclusão dos seus dados pessoais quando estes não forem mais necessários para os fins pelos quais foram coletados, exceto quando a sua conservação for necessária para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias pela SEMAS ou quando de outra forma autorizado pela Lei nº 13.709/2018.

8.9. Informações sobre o uso compartilhado de dados: o beneficiário poderá obter informações sobre as entidades públicas e privadas com as quais a SEMAS realizou o uso compartilhado de dados.

8.10 Revisão de decisões: o beneficiário poderá solicitar a revisão de decisões tomadas pela SEMAS com base unicamente em tratamento automatizado de dados pessoais.

9. Responsabilidades do usuário

O usuário se compromete a não interferir, comprometer ou interromper os serviços oferecidos através da Plataforma TS, ou os servidores ou redes conectadas à Plataforma TS, inclusive por meio da transmissão de qualquer *malware*, *worm*, *vírus*, *spyware* ou qualquer outro código de natureza destrutiva ou perturbadora.

O usuário se compromete, ainda, a não inserir conteúdos ou códigos, ou, de qualquer outra forma, alterar ou interferir na maneira como a página da Plataforma TS é exibida ou processada no dispositivo utilizado pelo usuário.

O usuário está terminantemente proibido de publicar mensagens com conteúdos inverídicos, violentos, pornográficos, xenofóbicos, ou de qualquer outra forma discriminatórios ou ofensivos, relacionados com a Plataforma TS.

Tendo em vista que a Plataforma TS lida com dados pessoais, o usuário concorda que não usará robôs, sistemas de varredura e armazenamento de dados (como *spiders* ou *scrapers*), links escondidos ou qualquer outro recurso escuso,

ferramenta, programa, algoritmo ou método coletor/extrator de dados automático para acessar, adquirir, copiar ou monitorar a Plataforma TS.

A comercialização da Plataforma TS, pelo usuário, é expressamente proibida.

O usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos e indiretos (inclusive decorrentes da violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à SEMAS, a qualquer outro usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro, em virtude do descumprimento dos presentes Termos de Uso.

Caso o usuário descumpra os presentes Termos de Uso ou seja investigado em razão de má conduta, a SEMAS poderá restringir o seu acesso, sem prejuízo de responsabilização legal por tal conduta.

10. Responsabilidade da SEMAS

A SEMAS, na posição de controladora dos dados pessoais, deverá cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais, de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no âmbito da Plataforma TS.

A SEMAS deverá publicar, através da Plataforma TS, as futuras alterações dos presentes Termos de Uso e da Política de Privacidade.

A SEMAS poderá, quanto às ordens judiciais de pedido de informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam a Plataforma TS, ou de outra forma necessárias para cumprir suas obrigações legais. Nesta hipótese, a SEMAS notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver sob sigilo de justiça.

A SEMAS se compromete a preservar a funcionalidade da Plataforma TS, utilizando um *layout* que respeite a usabilidade e navegabilidade, facilitando a navegação sempre que possível, e a exibir as funcionalidades de maneira

completa, precisa e suficiente, de modo que as operações realizadas no âmbito da Plataforma TS sejam claras.

A SEMAS envidará seus melhores esforços para que a Plataforma TS seja plenamente acessível a todo e qualquer tempo. Todavia, não há garantia de que o acesso e sua utilização ocorram sem qualquer falha ou de forma ininterrupta.

11. Isenção de responsabilidade da SEMAS

A SEMAS não poderá ser responsabilizada pelos usuários ou por quaisquer terceiros em função do impedimento de acesso à Plataforma TS, tampouco por qualquer dano decorrente do uso da Plataforma TS, inclusive por danos causados por vírus, a menos que tais danos sejam resultantes de quaisquer condutas intencionais por parte da SEMAS.

Em nenhuma hipótese a SEMAS será responsável pela instalação no equipamento do usuário, ou de terceiros, de códigos maliciosos (*vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit* ou quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na internet pelo usuário.

Em nenhuma hipótese a SEMAS se responsabiliza por eventuais danos diretos, indiretos, emergentes, especiais, imprevistos ou multas causadas, em qualquer matéria de responsabilidade, seja contratual, objetiva ou civil, decorrentes da forma da utilização dos serviços oferecidos na Plataforma TS pelo usuário.

12. Propriedade intelectual

O uso comercial das expressões utilizadas na Plataforma TS, como marca, nome, domínio, além do conteúdo dos serviços oferecidos, como também os programas, códigos, banco de dados, redes e arquivos que permitem que o usuário utilize a Plataforma TS são protegidos pelas leis de direito autoral, marcas, patentes, modelos e desenhos industriais.

Ao acessar a Plataforma TS, o usuário declara que irá respeitar todos os direitos de propriedade intelectual e os decorrentes da proteção de marcas, patentes e/ou

desenhos industriais, depositados ou registrados, bem como todos os direitos referentes a terceiros que porventura estejam disponíveis na Plataforma TS.

O simples acesso à Plataforma TS não confere aos usuários qualquer direito de uso dos nomes, títulos, palavras, frases, marcas, patentes, imagens, dados e informações, dentre outras, que nela estejam disponíveis.

A reprodução de qualquer conteúdo acima descrito está proibida, salvo com prévia autorização, por escrito, da SEMAS, ou caso se destinem exclusivamente ao uso pessoal, sendo certo que, em nenhuma circunstância, o usuário adquirirá qualquer direito sobre referidos conteúdos.

É vedada a utilização dos serviços oferecidos na Plataforma TS para finalidades comerciais, publicitárias ou qualquer outra que contrarie a finalidade para qual ela foi concebida, conforme definido nos presentes Termos de Uso, sob pena de sujeição às sanções previstas na Lei nº 9.610/1998.

Os visitantes e usuários da Plataforma TS assumem toda e qualquer responsabilidade, de caráter civil e/ou criminal, pela utilização indevida das informações, textos, gráficos, marcas, imagens e todo e qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial relacionado à Plataforma TS.

13. Vigência

Os presentes Termos de Uso são celebrados por tempo indeterminado, podendo ser modificados pela SEMAS a qualquer tempo.

14. Disposições Gerais

A SEMAS poderá alterar os presentes Termos de Uso para adequar ou modificar os serviços oferecidos na Plataforma TS, bem como para atender novas exigências legais. A continuidade do uso da Plataforma TS após as alterações implica a aceitação dos novos termos por parte do usuário.

O usuário deverá ler atentamente os Termos de Uso e não poderá se escusar de suas responsabilidades alegando ignorância, inclusive quanto a eventuais modificações.

O não exercício, por parte da SEMAS, de quaisquer direitos ou faculdades, bem como eventual tolerância em relação às infrações ao aqui estipulado, não importará renúncia ou novação a qualquer direito, constituindo mera liberalidade, que não a impedirá de exercer seus direitos, a qualquer tempo.

A nulidade de quaisquer cláusulas dos presentes Termos de Uso não prejudicará as demais disposições aqui contidas, as quais permanecerão válidas e produzirão seus plenos e legais efeitos. Se qualquer tribunal ou autoridade competente decidir que uma ou mais cláusulas dos presentes Termos de Uso são ilegais ou inexequíveis, a SEMAS deverá substituí-las de forma que as novas cláusulas correspondam ao máximo às cláusulas originais, levando-se em conta o conteúdo e o objetivo das referidas cláusulas.

15. Informações para contato

Eventuais dúvidas com relação aos presentes Termos de Uso poderão ser sanadas através do e-mail emanuelplima26@gmail.com.

16. Foro

Os presentes Termos de Uso serão regidos pelas leis da República Federativa do Brasil. Fica eleito o Foro da Comarca de Belém/PA para dirimir quaisquer questões oriundas dos presentes Termos de Uso.